

REAJUSTE DE SERVIDOR TERÁ MAIS DOIS DIAS DE BATALHA

Emenda do governo que propõe recomposição de 4,62% será apreciada hoje em comissão. Oposição tentará elevar esse percentual. Votação em plenário deve acontecer amanhã

BERNARDO ESTILLAC

A novela do reajuste salarial dos servidores mineiros teve ontem mais um longo capítulo. Em dia que começou com Romeu Zema (Novo) recuando em sua proposta inicial e aumentando um ponto percentual para chegar a 4,62% de correção nos vencimentos do funcionalismo público, a tramitação do projeto de lei na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) garantiu, ao menos, mais dois dias de batalhas entre situação e oposição na Casa, que se acostumou com corredores lotados e protestos nas últimas quatro semanas. Hoje, o projeto será apreciado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) e deverá ser votado em segundo turno amanhã.

No início da manhã, o governo de Minas divulgou um vídeo em que Zema aparece ao lado da secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto (Novo), anunciando que o Executivo, após ouvir as demandas dos servidores e da Assembleia, acordou em conceder a recomposição das perdas inflacionárias de 4,62%, relativas a 2023. O aumento de um ponto percentual na proposta ainda a deixa distante dos 10,67% reivindicados pelos funcionários públicos e parlamentares de oposição, mas teve impacto na votação que aconteceu horas depois no plenário da Assembleia.

O Projeto de Lei 2309/2024 chegou ao plenário em primeiro turno na última quarta-feira. Na ocasião, seis emendas foram destacadas para votação separada, uma delas autorizando o Executivo a conceder um reajuste de 10,67% aos servidores, percentual relativo ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022 e 2023, período em que não houve recomposição salarial.

Os parlamentares aprovaram o texto principal do projeto, que previa reajuste de 3,62%, por unanimidade. No entanto, logo após a votação, deputados da base deixaram o plenário e provocaram a suspensão da reunião por ausência de quórum mínimo. Com o movimento, a decisão sobre possível aumento no percentual ficou para esta semana.

No início da tarde desta terça, no plenário, as seis emendas em destaque foram votadas e todas saíram derrotadas. Os placares foram apertados, com destaque para os dois aditivos que trataram da recomposição inflacionária de 2022 e 2023 aos servidores. A emenda nº 17, que autorizava Zema a dar 10,67% a todo o funcionalismo foi rejeitada por 34 a 30. Já a emenda nº 57, que aplica o percentual apenas para as forças de segurança, caiu com 33 votos contrários e 32 favoráveis.



VOTAÇÃO EM PRIMEIRO TURNO FOI ENCERRADA ONTEM NO PLENÁRIO. GALERIAS FICARAM LOTADAS DE SERVIDORES QUE REIVINDICAM REAJUSTE MAIOR

10,67%

PERCENTUAL DE AUMENTO REIVINDICADO PELOS SERVIDORES E DEPUTADOS DE OPOSIÇÃO

As rejeições aconteceram diante de galerias lotadas de servidores em protesto no plenário da Assembleia. Com o fim da tramitação em primeiro turno, o PL 2309/2024 ainda precisa passar pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) antes de ir para votação em segundo turno.

FFO

Após a derrubada das seis emendas em destaque no plenário, o projeto pôde ser apreciado na FFO marcada para as 16h30. Com outros

PLs em pauta, o 2309/2024 só começou a ser discutido cerca de uma hora e meia depois. Na ocasião, a base governista utilizou de um expediente previsto no regimento da Casa para acelerar a tramitação do projeto.

Com a possibilidade de um pedido de vista que adiará a comissão em 24 horas, o relator do projeto, Zé Guilherme (PP), distribuiu seu parecer em avulso, o que impede a manobra e determina que a proposta retorne à FFO com intervalo mínimo de seis horas. Como resultado, o PL 2309/2024 voltará para votação do parecer e apresentação de emendas na comissão marcada para as 16h30 de hoje.

Na FFO, será discutido o relatório de Zé Guilherme, que incluiu em seu texto a nova proposta do Executivo, concedendo 4,62% de reajuste. Também será apreciada a emenda protocolada pela oposição que acresce 5,79% à medida de Zema. O percentual é relativo às perdas inflacionárias de 2022. Na prática, os parlamentares voltam a colocar na mesa a correção de 10,67%.

Além da tentativa de majoração, a oposição voltará a propor que o valor do reajuste retroativo a janeiro seja pago aos servidores em parcela única. Este era o teor de uma das emendas derrotadas em plenário nesta terça. No novo texto também está previsto que o pagamento único aconteça em até 30 dias após a sanção do projeto de lei.

Caso as propostas de emenda da oposição sejam rejeitadas na FFO como ocorreu nas três comissões que antecederam o primeiro turno, os textos podem ser novamente apresentados em plenário e votados em destaque no segundo turno. A votação definitiva do reajuste está prevista para amanhã.

SITUAÇÃO E OPOSIÇÃO EM DUELO DE NARRATIVAS

Assim como após a movimentação de esvaziamento do plenário na última semana, a oposição classificou a sessão desta terça como uma derrota de Zema. Mesmo com a rejeição das seis emendas destacadas, o placar apertado na votação foi visto como uma indicação de possível vitória no segundo turno. Os parlamentares levam em conta que a base declara ter 57 nomes ante 20 contrários a Zema e comparam os números com os votos de hoje.

"O governo Zema sofreu uma derrota no plenário. Ele não tem maioria na Assembleia Legislativa. (...) Acho que esse é um recado importante para o governo: a inabilidade; a tentativa de sempre jogar a população contra o parlamento e contra servidor; essa coisa de negar a política; e esse autoritarismo de não dialogar rendeu uma resposta. Espero que ele seja inteligente o suficiente para compreender o que aconteceu aqui", disse Beatriz Cerqueira (PT) em entrevista após a votação.

O líder do governo na Assembleia, João Magalhães (MDB), disse que a reivindicação pela recomposição salarial com as inflações de 2022 e 2023 como base é legítima, mas que o Executivo chegou em seu limite orçamentário. "Não foi nem vitória nem derrota, isso é um debate, isso é legítimo, né. (...) Acho que com esse novo índice de 4,62% vai ser bem mais fácil de trabalhar no plenário e na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária", afirmou Magalhães. ■

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3